



ESTATUTOS DA PORTOS DOS AÇORES, S. A.

(De acordo com as alterações introduzidas por Deliberação da Assembleia-Geral de 21/10/2019, constantes da Ata n.º 94 da mesma data)

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objeto

Artigo 1.º

Denominação e duração

1 — A sociedade adota a denominação social de Portos dos Açores, S. A., tem a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, rege-se pelos presentes estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às empresas públicas e às sociedades anónimas, e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do respetivo objeto social ou que regulam especificamente a sua atividade.

2 — A sociedade tem duração ilimitada.

Artigo 2.º

Sede

1 — A sociedade tem sede na Avenida de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 7, na cidade da Horta.

2 — Por deliberação do conselho de administração, a sociedade pode criar e manter em qualquer ponto do território nacional ou fora dele agências, delegações ou qualquer forma de representação.

Artigo 3.º

Objeto

1 - A Portos dos Açores, S. A., tem por objeto a administração dos portos de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, da Praia da Vitória e das Pipas (Angra do Heroísmo), na ilha Terceira, da Praia, na ilha Graciosa, da Calheta e de Velas, na ilha de São Jorge, das Lajes, de São Roque e da Madalena, na ilha do Pico, da Horta, na ilha do Faial, das Lajes e de Santa Cruz (Poças), na ilha das Flores, e da Casa, na ilha do Corvo, e de

outros que lhe venham a ser atribuídos, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas.

2 - Acham-se incluídas nos portos mencionados no número anterior, com funções comerciais gerais, as infraestruturas destinadas a servir os fluxos marítimos de passageiros, bem como as marinas e núcleos de recreio náutico integrados nas respetivas áreas de jurisdição.

3 - A sociedade pode deter participações de capital em outras empresas cuja atividade se relacione com o seu objeto social ou com a atividade do transporte marítimo e da operação portuária.

CAPÍTULO II

Capital social, ações e obrigações

Artigo 4.º

Capital social

A sociedade tem um capital social integralmente subscrito e realizado em numerário e espécie pela Região Autónoma dos Açores de (euro) 40 238 700, o qual se encontra dividido em 30.000 ações, com um valor nominal de (euro) 1341,29 cada.

Artigo 5.º

Ações

1 — As ações são obrigatoriamente nominativas e estão representadas por títulos representativos de 10 ou mais ações cada, podendo revestir forma escritural.

2 — Os títulos são assinados por dois administradores, podendo ambas as assinaturas ser de chancela.

3 - As ações representativas do capital subscrito pela Região Autónoma dos Açores são detidas pela Direção Regional do Orçamento e Tesouro (DROT).

4 — As ações a emitir por força de aumentos de capital serão nominativas e só podem ser subscritas pelas entidades referidas no número anterior.

5 — Os aumentos de capital social são sempre deliberados pela assembleia geral.



Artigo 6.º

Obrigações

A sociedade pode emitir qualquer tipo de obrigações, nos termos da lei, bem como efetuar sobre obrigações próprias as operações que forem legalmente permitidas.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

SECÇÃO I

Disposição geral

Artigo 7.º

Órgãos sociais e duração do mandato

- 1 — A sociedade tem como órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal, com as competências fixadas na lei e nos presentes Estatutos.
- 2 - Os membros dos órgãos sociais são eleitos por um período de três anos e consideram-se investidos logo após a eleição, permanecendo no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir, estando dispensados de prestar caução relativamente ao desempenho dos seus cargos.
- 3 - O mandato dos membros dos órgãos sociais pode ser renovado.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 8.º

Composição e participação na assembleia geral

- 1 — A assembleia geral é composta pelos acionistas com direito a voto.
- 2 — A cada 10 ações corresponde um voto.
- 3 — Qualquer acionista com direito a voto pode fazer-se representar na assembleia geral nos termos previstos pelo Código das Sociedades Comerciais.



4 - A Região Autónoma dos Açores é representada na assembleia geral pelo representante que for designado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector portuário.

5 — Os restantes acionistas indicarão, em carta dirigida ao presidente da mesa, quem os representará na assembleia geral.

6 — Nenhum acionista se pode fazer representar por mais de uma pessoa na mesma reunião da assembleia geral.

7 — Os membros do conselho de administração e do conselho fiscal poderão estar presentes nas reuniões da assembleia geral e poderão participar nos seus trabalhos, mas não terão, nessa qualidade, direito a voto.

Artigo 8.º-A

Mesa da assembleia geral

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos em assembleia geral.

Artigo 9.º

Reuniões e deliberações da assembleia geral

1 - A assembleia geral reúne-se ordinariamente duas vezes, realizando-se a primeira reunião no prazo legal, para discutir e aprovar o relatório anual de contas, elaborado pelo conselho de administração, relativo ao exercício do ano anterior e a segunda reunião realizar-se-á para discutir e votar o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte.

2 - A convocação da assembleia geral faz-se com uma antecedência mínima de 30 dias, por carta registada, com indicação expressa dos assuntos a tratar.

3 - A assembleia geral para eleição dos membros dos órgãos sociais não pode deliberar sem que estejam presentes ou representados acionistas cujas ações representem, pelo menos, 51 % do capital social.

4 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores e enquanto a totalidade das ações da Portos dos Açores, S. A., pertencer à Região Autónoma dos Açores, sempre que a lei ou os Estatutos exijam deliberação da assembleia geral ou seja conveniente reuni-la, bastará que o representante da Região exare a deliberação no livro de atas da sociedade.



Artigo 10.º

Competência da assembleia geral

1 — A assembleia geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei ou os presentes Estatutos lhe atribuem competência.

2 — Compete, em especial, à assembleia geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício apresentadas pelo conselho de administração e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- b) Aprovar os planos anuais e plurianuais de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos;
- c) Aprovar o orçamento de exploração e de investimentos anual;
- d) Eleger e exonerar os membros da mesa da assembleia geral, do conselho de administração e do conselho fiscal;
- e) Deliberar sobre as remunerações, senhas de presença e ajudas de custo dos membros dos órgãos sociais;
- f) Deliberar sobre aumentos de capital;
- g) Deliberar sobre a emissão ou conversão de ações ou outros títulos em forma meramente escritural;
- h) Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros títulos de dívida;
- i) Autorizar a aquisição, a oneração e a alienação de imóveis e a realização de investimentos, quando o respetivo valor exceda o limite a fixar anualmente em assembleia geral e não estejam contempladas nas alíneas b) e c);
- j) Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos.

SECÇÃO III

Conselho de administração

Artigo 11.º

Composição do conselho de administração

1 — A administração da Portos dos Açores, S. A., é exercida por um conselho de administração, composto três membros eleitos em assembleia geral.

2 - A cada membro do conselho de administração, incluindo o presidente, podem ser atribuídos poderes específicos, em função da área geográfica de intervenção direta, em razão de proximidade, ou da definição concreta de pelouros, relativamente a determinadas tarefas.

3 - Os membros do conselho de administração são remunerados de acordo com deliberação da assembleia geral, tendo em conta o disposto nestes Estatutos e na legislação e regulamentação relativa ao estatuto remuneratório do gestor público regional.

Artigo 12.º

Competência do conselho de administração

1 — O conselho de administração gere as atividades da sociedade e pratica todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos sociais, competindo -lhe, nomeadamente:

- a) Elaborar os planos anuais e plurianuais de obras marítimas e terrestres e do equipamento dos portos a submeter à aprovação da assembleia geral;
- b) Elaborar o orçamento e suas alterações, bem como outros documentos previsionais, anuais ou plurianuais;
- c) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como a proposta de aplicação de resultados;
- d) Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras;
- e) Propor ao membro do Governo Regional com competência no setor portuário a aprovação dos regulamentos necessários à exploração dos portos;
- f) Exercer ou autorizar e regulamentar as atividades portuárias, ou as atividades com estas diretamente relacionadas, respeitantes a movimento de navios e de mercadorias, a armazenagem e outras prestações de serviços, como fornecimento de água, energia elétrica, combustíveis e aluguer de equipamentos, e aplicar as sanções previstas na lei, sem prejuízo da competência conferida a outras entidades;
- g) Cobrar e arrecadar as receitas provenientes da exploração dos portos, terminais, cais, marinas e todas as outras que legalmente lhe pertençam e autorizar a restituição de verbas indevidamente cobradas;

- h) Administrar o domínio público na sua área de jurisdição, atribuir licenças e concessões para a sua utilização e definir o interesse público do respetivo uso privativo para efeitos de licenciamento ou de concessão;
- i) Promover a expropriação por utilidade pública de imóveis e exercer servidões administrativas e portuárias;
- j) Construir, adquirir, conservar e fiscalizar as obras marítimas e terrestres, o equipamento flutuante e terrestre dos portos comerciais, cais, terminais, armazéns e parques, bem como conservar os fundos e seus acessos;
- k) Atribuir a concessão da exploração de instalações portuárias, de serviços ou de atividades a ela ligadas, e bem assim de áreas destinadas a instalações industriais ou comerciais correlacionadas intimamente com aquelas atividades;
- l) Adquirir e tomar ou dar de arrendamento imóveis, bem como onerar e alienar os que não se integrem no domínio público, nos termos da legislação aplicável;
- m) Estabelecer, quando necessário, acordos com outras entidades públicas legalmente competentes relativamente à gestão do domínio, constituição de usos e coordenação de atividades para fins de natureza não portuária;
- n) Deliberar sobre a criação de zonas francas ou de armazéns gerais francos na respetiva área de jurisdição e apresentar as respetivas propostas às entidades competentes;
- o) Garantir a segurança das instalações portuárias, promovendo a regulamentação necessária e utilizando os meios e dispositivos adequados;
- p) Definir a estrutura e a organização geral da Portos dos Açores, S. A.;
- q) Nomear e exonerar os responsáveis pelos serviços, bem como admitir, contratar e exonerar o pessoal necessário ao desempenho das tarefas a cargo da Portos dos Açores, S. A., e exercer sobre ele o respetivo poder disciplinar, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- r) Aprovar os regulamentos internos destinados à execução dos presentes Estatutos e necessários ao bom funcionamento dos serviços e velar pelo seu cumprimento;
- s) Efetuar os seguros pessoais, patrimoniais ou outros que se mostrem necessários;
- t) Solicitar aos utilizadores do porto os elementos estatísticos, dados ou previsões referentes às atividades exercidas na área de jurisdição, cujo conhecimento interesse para a avaliação

ou determinação do movimento geral dos portos ou para qualquer outro fim estatístico relacionado com a atividade da Portos dos Açores, S. A.;

u) Manter atualizado um sistema integrado de informação sobre os movimentos dos portos na área da sua jurisdição;

v) Autorizar a concessão de subsídios a entidades oficiais ou privadas cujas atividades interessem direta ou indiretamente à ação da Portos dos Açores, S. A., bem como a obras e iniciativas ou eventos de carácter desportivo, social, filantrópico, histórico e cultural;

w) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

x) Constituir mandatários da sociedade com os poderes que julgue convenientes;

y) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela assembleia geral.

2 — Fica sujeita a aprovação da assembleia geral qualquer alteração à calendarização e montante dos investimentos aprovados ao abrigo da alínea *a*) do número anterior, bem como as deliberações relativas à realização de empréstimos ou outras operações financeiras, a que se refere a alínea *d*) do mesmo número.

3 - Ficam ainda dependentes de aprovação da assembleia geral os atos relativos à administração do domínio público e à atribuição de licenças e concessões para a sua utilização, a que se refere a alínea *h*) do n.º 1, quando estejam em causa utilizações privativas por prazos iguais ou superiores a dez anos.

Artigo 13.º

Vinculação da sociedade

1 — A sociedade obriga -se:

a) Pela assinatura de dois membros do conselho de administração, sendo uma delas a do presidente ou de quem o substitua;

b) Pela assinatura de um administrador, quando haja delegação expressa do conselho de administração para a prática de um determinado ato;

c) Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho de administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros alguma ou algumas das suas competências, definindo em ata os limites e condições de tal delegação.



3 - No âmbito da gestão corrente, é, igualmente, autorizado a cada membro do conselho de administração, ou a quem para tanto for mandatado, a assinatura de documentos de mero expediente ou quando se trate de endosso de letras, recibos, cheques ou quaisquer outros documentos, cujo produto de desconto ou de cobrança se destine a ser creditado na conta da Portos dos Açores, S. A., aberta em qualquer instituição financeira, nos limites e condições a definir em ata do conselho de administração.

Artigo 14.º

Competência do presidente do conselho de administração

1 — Compete ao presidente do conselho de administração a coordenação e orientação geral das atividades do conselho e, em especial:

- a) Convocar o conselho de administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
- b) Representar o conselho, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários poderem ser designados para o efeito;
- c) Zelar pela correta execução das deliberações do conselho de administração.

2 — Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente é substituído pelo vogal do conselho de administração por si designado para o efeito.

3 — Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes, e não seja possível reunir o conselho, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Artigo 15.º

Funcionamento do conselho de administração

1 — O conselho de administração reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou mediante solicitação dos restantes membros.

2 — O conselho de administração só pode deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros.

3 — As deliberações serão tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o presidente ou quem o substituir voto de qualidade.



4 — As deliberações do conselho de administração serão registadas em ata, assinada pelos membros presentes na reunião.

5 - Os membros do conselho de administração que faltem a seis reuniões, seguidas ou interpoladas, sem justificação, incorrem em falta definitiva.

SECÇÃO IV

Fiscalização

Artigo 16.º

Conselho fiscal

1 - A fiscalização da atividade social e o exame das contas da sociedade serão exercidos por um conselho fiscal e um revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

2 - O conselho fiscal é constituído por três membros efetivos e dois suplentes, eleitos em assembleia geral e remunerados nos termos da lei.

3 - O conselho fiscal reúne, pelo menos, uma vez por trimestre.

4 - O revisor oficial de contas é eleito em assembleia geral.

Artigo 17.º

Competência do conselho fiscal

1 - Além das competências constantes de lei geral, cabe, em especial, ao conselho fiscal:

- a) Examinar, sempre que o julgue conveniente e, pelo menos, uma vez por mês, a escrituração da sociedade;
- b) Acompanhar o funcionamento da sociedade e o cumprimento das leis, dos estatutos e dos regulamentos que lhe forem aplicáveis;
- c) Assistir a reuniões do conselho de administração, sempre que o entenda conveniente ou para tal for convocado;
- d) Pedir a convocação extraordinária da assembleia geral, quando o entenda necessário;
- e) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;
- f) Solicitar ao conselho de administração a apreciação de qualquer assunto que entenda dever ser ponderado;



g) Pronunciar -se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo conselho de administração.

2 - Compete ao conselho fiscal, nos termos da lei, propor à assembleia geral a nomeação do revisor oficial de contas.

CAPÍTULO IV

Informações especiais

Artigo 18.º

Prestação de informações pelo conselho de administração

Sem prejuízo do disposto na lei quanto à prestação de informações aos acionistas, o conselho de administração enviará aos membros do Governo Regional com competência nas áreas das finanças e do sector portuário, pelo menos 30 dias antes da respetiva assembleia geral:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício;
- b) As propostas de plano de atividade anual e plurianual e o orçamento anual;
- c) Quaisquer elementos adequados à compreensão integral da situação económico-financeira da empresa e perspectivas da sua evolução, bem como à eficiência da gestão realizada.

Artigo 19.º

Prestação de informações pelo conselho fiscal

O conselho fiscal elaborará trimestralmente um relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados, bem como, se for caso disso, as anomalias detetadas e os principais desvios em relação ao orçamento aprovado, que será remetido pelo conselho de administração aos membros do Governo Regional com competência nas áreas das finanças e do setor portuário.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 20.º



Aplicação de resultados

Os resultados positivos de cada exercício, devidamente aprovados, têm a seguinte aplicação:

- a) Um mínimo de 10 % para constituição e eventual reintegração da reserva legal, até atingir o montante legalmente exigido;
- b) Outras aplicações impostas por lei ou por deliberação dos acionistas;
- c) Uma percentagem a distribuir pelos acionistas, a título de dividendo, a definir pela assembleia geral;
- d) Para outros fins que a assembleia geral delibere de interesse para a sociedade.

Artigo 21.º

Dissolução e liquidação

1 - A sociedade dissolve-se nos casos e termos legais, sendo liquidatários os administradores em exercício ao tempo da liquidação, aos quais são conferidos não apenas os poderes gerais previstos no n.º 1 do artigo 152.º do Código das Sociedades Comerciais, mas ainda os especiais previstos no n.º 2 da mesma disposição legal.

2 — A liquidação da sociedade rege-se -á pelas disposições da lei e pelas deliberações da assembleia geral.